

Entrevista | Waldir Leônico Lopes Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

“Papel do Judiciário é cumprir as leis e a Constituição”

Ana Maria Campos

Discreto, avesso a holofotes, o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Waldir Leônico Lopes Júnior, mostra, nesta entrevista ao **Correio**, uma faceta de sua visão e experiência como magistrado. O desembargador critica posicionamentos muito em voga nos tempos atuais que beneficiam mais o individual do que o coletivo. “Tenho uma opinião pessoal de que há um excesso de garantismo em prol dos acusados e um deficit de garantismo a favor da sociedade”, afirma.

Especialista em direito penal, Waldir Leônico acredita que o sistema de justiça brasileiro favorece a impunidade por “prever penas muito baixas” e “espaço para uma sensação geral de impunidade”. Ele, no entanto, se rende ao texto da lei. Na sua avaliação, não cabe aos juízes contestar, apenas aplicar o que estabelece a legislação e a Constituição.

Há 40 anos na magistratura, Waldir Leônico Lopes Júnior assumiu a presidência em abril, para mandato no biênio 2024-2026, com a meta de modernizar o sistema do TJDFT com uso da inteligência artificial para auxiliar o trabalho de juízes e servidores. Nascido em Fortaleza, o cearense vestiu a toga, em 1984, depois de ter atuado durante três anos como defensor público. Também foi advogado e promotor de Justiça. A escolha pela magistratura, segundo conta, foi muito influenciada pelo pai que era advogado e dava lições de justiça em casa.

Qual vai ser o foco da sua gestão?

Pretendemos melhorar o Processo Judicial eletrônico (PJe) de segundo grau, implantar a inteligência artificial como ferramenta de auxílio aos julgamentos de demandas repetitivas e em observância à orientação jurisprudencial das Cortes Superiores. Estamos preparando um Plano de Transformação Digital para modernizar a informática do nosso tribunal. Queremos também implantar a Residência Jurídica, destinada a bacharéis em direito que estejam cursando a graduação ou pós-graduação em direito para auxílio a servidores e magistrados de primeiro e segundo graus no Tribunal de Justiça.

OTJDFT é considerado o tribunal mais célere do país. O que está por trás desse resultado? Eficiência dos juízes e servidores?

Sim, sem dúvida. Nossos juízes e servidores são altamente qualificados e dedicados. Poderiam trabalhar em qualquer tribunal do mundo. Além disso, temos uma estrutura que nos dá suporte e nos permite desenvolver nossos trabalhos a contento. Não posso deixar de registrar, aliás, o excelente clima laboral na nossa Corte de Justiça entre todos os que aqui trabalham. Aqui reinam o respeito mútuo, a tolerância, a admiração, a confiança, a cordialidade entre os colegas e entre as pessoas de um modo geral. Isso torna o ambiente leve e propicia uma convivência pacífica que acaba por refletir nos nossos trabalhos judiciais e resultam na excelência da prestação jurisdicional.

Por causa desses resultados, demandas de outras unidades da federação ou federais acabam vindo buscar justiça aqui. Quais as consequências disso e como evitar que o TJDFT acabe ficando sobrecarregado?

Estamos lutando no Congresso Nacional contra essa manobra jurídica que permite o ajuizamento de ações em foro aleatório e por conveniência de uma das partes. O foro de Brasília vem sofrendo com uma enxurrada de ações oriundas de outros Estados que realmente sobrecarregam o nosso sistema judicial. Isso se dá porque nossas custas judiciais são incrivelmente baixas e a qualidade de nossos serviços é excelente. O Projeto de Lei n. 1.803, de 2023, de autoria do deputado federal Rafael Prudente, estabelece que a eleição de foro deve guardar pertinência com o domicílio das partes ou com o local da obrigação e que o ajuizamento de ação em juízo aleatório é abusivo. A aprovação desse PL contempla uma solução eficiente para esse verdadeiro gargalo da nossa Justiça.

Temos visto o crescimento do número de casos de feminicídio no DF. Como o Poder Judiciário pode ajudar a combater esses crimes?

Temos desenvolvido campanhas contra a violência doméstica, na área da prevenção, e temos julgado com muito rigor as ações penais que envolvem esses crimes. No Distrito Federal, esses delitos, que estão presentes em todas as classes sociais, não ficam impunes.



Divulgação/TJDFT

Qual deve ser o papel do Poder Judiciário na defesa da democracia?

Em uma democracia ocidental moderna os três poderes devem funcionar de maneira harmônica e independente. O Judiciário julga, o Legislativo elabora as leis e o Executivo administra. O Poder Judiciário, ao julgar, aplica as leis e a Constituição. Nós, juízes, ao assumirmos os nossos cargos, juramos cumprir e fazer cumprir as leis e a Constituição Federal.

Qual a sua avaliação sobre impedir a saída temporária, as chamadas saidinhas, de presos?

Na minha avaliação pessoal, o sistema penal possibilita a impunidade. As penas são muito baixas e há espaço para uma sensação geral de impunidade. Tenho uma opinião pessoal de que há um excesso de garantismo em prol dos acusados e um deficit de garantismo a favor da sociedade. Acredito que meu pensamento é minoritário, mas há vozes respeitadas que compartilham essa ideia. De toda sorte, esse tema é de grande complexidade e envolve debate entre várias áreas do conhecimento humano. A questão está longe de ser pacificada ou resolvida. Enfim, volto à questão anterior: o Poder Judiciário aplica a legislação em vigor. Então, se os saidões estiverem na lei, que se cumpra a lei.

Um dos temas muito debatidos no Judiciário é a questão da paridade de gênero. Qual a sua avaliação sobre a resolução do Conselho Nacional de Justiça?

Sem dúvida, é uma orientação meritória. No entanto, no âmbito do TJDFT não há queixas de discriminação feminina. É verdade que o número de desembargadoras é muito menor que o de desembargadores, mas, em

compensação, as juízas são mais numerosas que os juízes. De toda a sorte, a igualdade de gênero nas carreiras jurídicas profissionais é algo decorrente de um sistema em cadeia que começa nas Faculdades de Direito, se espalha pelos concursos e desagua nos cargos públicos. Acredito que uma solução de baixo para cima é melhor que o contrário, mas, enquanto isso não for possível, vale a pena tentar soluções para amainar o problema. Por outro lado, a distorção que ainda hoje existe é algo histórico e cultural que com o passar do tempo será resolvido.

Por que o senhor escolheu a carreira da magistratura?

Meu pai era advogado. Era um homem culto e sempre transmitiu lições de vida aos filhos e fazia comentários bem fundamentados sobre os acontecimentos diários. Então, fiz faculdade de direito, fui estagiário, advogado, defensor público, cheguei a trabalhar como promotor de Justiça, juiz de direito e há 20 anos sou desembargador. Encontrei a minha vocação. Eu gosto de falar nos autos do processo. Sou avesso a holofotes e a falar fora dos autos. Sou muito feliz e realizado como magistrado do TJDFT.

Que marca quer deixar de sua gestão à frente do TJDFT?

Administrar o TJDFT é um desafio para um juiz de carreira. Nosso tribunal tem o orçamento e a população de um município brasileiro. Ao deixar a Presidência, gostaria que o Processo Judicial eletrônico (PJe) de segundo grau esteja mais avançado, o Plano de Transformação Digital implantado, inclusive com a utilização de inteligência artificial, e a Residência Jurídica esteja funcionando e dando bons resultados.